

UM DEBATE SOBRE AVALIAÇÃO, GESTÃO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS NO TEMPO PRESENTE

Raquel Cristina Coelho Guimarães ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo debater sobre os desafios enfrentados hoje pelos profissionais de educação. Para tanto faz uso de um debate bibliográfico amparado na LDB 9394/96 e na Constituição Federal de 1988. A partir da busca por uma análise de temas pertinentes à educação nacional como: avaliação e gestão democrática que tem a sua justificativa no atual cenário da educação brasileira. O texto enfatiza o papel do professor, suas inquietudes e suas buscas por formação e inserção na pesquisa acadêmica. Contudo, a conclusão do artigo é direcionada para os dias atuais, ou seja, para o tempo presente, esse presente que nos traz esperanças e nos remete a um horizonte de expectativas, parafraseando Koselleck, mas que ao mesmo tempo faz referência a um olhar administrativo e neoliberal quando se trata de educação, nesse caso, a educação vista como mercadoria longe da ideia de formação. Desta maneira, o artigo se insere no debate do papel atribuído aos profissionais de educação, principalmente, aos gestores e sua atuação na gestão de pessoas com suas atribuições e desafios para a concretização de uma educação que integre estudantes e professores sem o dilema de uma ruptura. São três aspectos/questionamentos importantes para a busca de uma educação de qualidade e efetiva, porém a busca e o processo de estabelecimento de uma educação de qualidade e para todos, sem exceção, não pode ser reduzida a três pontos. Tais temas escolhidos por compreendê-los como a base do nosso sistema educacional e também por serem temas que demonstram nossas falhas como sistema educacional.

Palavras-chave: Avaliação. Gestão escolar. Desafios. Tempo presente.

INTRODUÇÃO

Falar de Educação no Brasil é falar também de política, pois o momento que vivemos diz muito sobre os rumos que estamos tomando como sociedade e não é possível dissociar a Educação Nacional de aspectos sociais como expõe Vera Maria Candau, “Não se avança de modo significativo e parece que algo está emperrando a construção de uma escola de qualidade para todos os cidadãos” (2015, p. 17), sendo assim, pensar a educação e ainda mais uma educação de qualidade para todos é o tema que vem, recorrentemente, sendo debatido em

¹ Professora Mestra em Ensino de História (UFF), atuando na Educação Básica dos municípios de Petrópolis/RJ e Teresópolis/RJ. quelccoelho@gmail.com

artigos, em congressos e por aqueles que criticam a educação brasileira. Mas quais são os entraves existentes em nossa Educação?

Creio que para começar este artigo seja importante pensarmos em três aspectos, ou melhor, realizarmos três questionamentos: O que entendemos por avaliação? O que entendemos por gestão? Quais os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação?

São três aspectos/questionamentos importantes para a busca de uma educação de qualidade e efetiva, porém a busca e o processo de estabelecimento de uma educação de qualidade e para todos, sem exceção, não pode ser reduzida a três pontos, sei bem disso. Tais temas escolhi por compreendê-los como a base do nosso sistema educacional e também por serem temas que demonstram nossas falhas como sistema educacional em uma nação tão grande como a nossa.

Cabe ressaltar que pensar a educação nacional dentro de um perfil sócio-histórico e universal, nos remete há concepções recentes que datam de menos de cem anos, pois quando trazemos para o debate o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)² podemos ver o quanto ainda estamos caminhando, comparando o tema com concepções educacionais como a da França, por exemplo.

Creio que compreender a história da educação no Brasil de forma crítica e consciente é o primeiro passo de toda a pesquisa em educação, porém neste artigo vamos trabalhar com o debate sobre os três temas elencados.

O QUE ENTENDEMOS POR AVALIAÇÃO?

Por muito tempo a avaliação tem sido o entrave de nossa educação, pois além de ser um meio externo de classificar nossos alunos e as escolas, também foi e ainda permanece sendo uma forma de exclusão, ao dificultar a interação do conhecimento do estudante e as normas pré-estabelecidas pelas instituições de ensino pelo país.

Mesmo com o passar dos anos, pois nossa atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394 datada de 1996, ainda estamos distantes de uma compreensão de como avaliar o processo de ensino-aprendizagem que leve em conta o qualitativo e não o quantitativo, apesar da prerrogativa da LDB 9394/96 apontar para que a avaliação deva ser:

² Para conhecer um pouco mais sobre o manifesto e os caminhos da educação é possível acessar o livro Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 de Fernando de Azevedo... [et al.]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.



Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (LDB, 1996)

Em meus quinze anos de efetivo trabalho em sala de aula como professora do Ensino Fundamental e, meus vinte três anos de formada no curso de Formação de Professores, passando pelo Normal Superior, pela Licenciatura em História, três cursos de Lato Sensu (esta é a minha quarta especialização) e um mestrado em Ensino de História, vejo a avaliação como tema central para uma boa estrutura educacional.

Porém, como o passar das décadas tenho notado que as avaliações, tanto internas e externas, acabaram por buscar, cada vez mais, uma padronização e não uma ampliação de conhecimento, ideias e possibilidades. Tornamos nossa prática mecânica e a questão da gestão que deveria ser observado por um perfil de participação e democracia tem se transformando dentro de uma crescente lógica corporativa, mercadológica, o que esvazia a ideia de uma educação de qualidade. Candau coloca que com relação a avaliação há uma ordem para o processo:

Para garantir esse processo investe-se na gestão dos sistemas de ensino, partindo-se do pressuposto de que esta permite o controle e o monitoramento do processo como um todo, identificando seus pontos débeis e investindo-se na operacionalização e na produtividade do sistema. Formas próprias de gestão do setor corporativo são aplicadas diretamente à educação, sem se considerar as especificidades deste âmbito, partindo-se implicitamente de que são adequadas em qualquer âmbito de produção. (CANDAU, 2014, p. 18)

Essa padronização aliada a uma demanda de mercado pode trazer prejuízos à educação, pois apesar de inúmeros textos que busquem justificar tais métodos, é comum encontrarmos as críticas aos profissionais da educação, mas não temos o hábito de buscar o parecer dado por esses profissionais no que diz respeito ao assunto, ou seja, os professores nem sempre participam da elaboração desse material. Quando digo professores, estou me referendo à grande maioria que atua nas mais diversas redes de ensino, não há uma consulta pública, mas o que predomina é a utilização de grandes empresas com uma equipe técnico-administrativa para

elaborá-los e para emitir parecer, divulgar dados e gráficos com índices que não contemplam a realidade sócio-histórica do Brasil.

Dentro desse aspecto notamos a força que a testagem em massa do sistema de avaliação se tornou, o que acaba por abrir espaço entre o que é estabelecido pela LDB e o que realmente tem se feito na educação nacional. Portanto, dentro desse tema há um discurso que questiona o papel do professor como pesquisador, que desacredita seu potencial como articulador de uma educação de qualidade, que o priva de produzir material para a análise etc., mas esse discurso foi e ainda se mantém por meio de críticas que visam desacreditar os profissionais da educação. Creio que o pensamento de Nóvoa a respeito desse discurso nos ajuda a entender um pouco mais:

Esse consenso discursivo, bastante redundante e palavroso, para qual todos contribuimos foi-se tornando dominante. [...] Três grandes grupos contribuíram para produzir e vulgarizar esse discurso: o primeiro grupo inclui os investigadores da área de formação de professores, das ciências da educação e das didáticas, redes institucionais e grupos de trabalho diversos; o segundo grupo é composto pelos especialistas que atuam como consultores ou que fazem parte das grandes organizações internacionais (OCDE, União Europeia etc.); finalmente, o terceiro grupo é constituído pela chamada indústria do ensino (livros, materiais, tecnologias etc.) que teve um desenvolvimento sem precedentes nos últimos anos. (NÓVOA, 2011 p. 534)

Esses grupos se empenharam em desacreditar o papel dos professores e demais profissionais da educação. E dentro desse contexto cada vez mais se busca padronizar os conhecimentos para que esses gerem as respostas esperadas. Dentro desta dinâmica Candau define esse educar como:

Educar fica reduzido a ensinar. Ensinar a instruir a preparar para ter êxito em testes padronizados. Processo este que termina reduzindo a educação a questões meramente operacionais. Resultado? O “sequestro” da educação. Seu congelamento numa lógica produtivista e limitada. (CANDAU, 2015, p. 19)

Dentro desta visão de educação que só se importa com números, índices e formação técnica, cabe ressaltar que, tais ideias encontram ressonância por grupos distintos em nossa sociedade que tentam a todo custo interferir diretamente na educação, na gestão e também na própria lei. Ideologias que ferem a Constituição e que presam por calar cada vez mais os professores, gestores e demais funcionários, sendo assim a avaliação acaba por ser, ainda hoje um tema que necessita de ampla análise e de uma vertente que esteja ciente da enorme diversidade nacional.

A no LDB 9394/96 trouxe essa questão ao estabelecer uma base para que determinados conteúdos sejam comuns aos estudantes e daí temos a Base Nacional Comum Curricular



(BNCC) adotada para a Educação Básica e que, apesar das inúmeras críticas em sua elaboração, tem por objetivo estabelecer um currículo mínimo, que deve ser ampliado e adequado as especificidades de cada região do país.

O QUE ENTENDEMOS POR GESTÃO?

É necessário diferenciar aqui o conceito de gestão que queremos levar em consideração, pois não é o conceito empresarial, capitalista de gerir uma empresa, pois na educação não objetivamos lucro, mas o conceito que entendemos por gestão na educação é aquele que, apesar de lidar diretamente com os recursos públicos, também tem por objetivo trabalhar em prol das subjetividades e do crescimento individual de cada cidadão.

Sendo assim, Wittmann e Klippel ressaltam aspectos básicos dessas diferenças, tais como:

- a escola, nos processos de seu funcionamento e de sua gestão, é antagônica à empresa, porque, enquanto a empresa é um lugar onde as pessoas são usadas como recursos, exploradas para a acumulação do capital, a escola é o lugar da construção das pessoas como gente;
- a escola não é, apenas, diferente da empresa, por ser uma instituição de prestação de serviços, enquanto a empresa é uma organização de produção de bens materiais. O mais importante na administração escolar é a busca de um fim educativo;
- a empresa pode ser autoritária, dominadora e ser competente; a escola não. Os meios não podem desfazer, negar e/ou impedir a razão de ser da escola. Os meios da escola não podem transformar os sujeitos em objetos, para formar sujeitos. (WITTIMANNH, KLIPPEL, 2010, p. 153)

Dentro de tal concepção pensar a gestão educacional é não deixar de fazer a devida referência ao sujeito. Quando coloco o sujeito pretendo pensar nos diversos atores envolvidos, não só os estudantes, mas professores, equipe de orientação, diretores e demais funcionários, pois estamos trabalhando com seres humanos. A escola é um local de diversidade, de afetividade e de troca, não é um espaço de condicionamento.

Por tal aspecto interpessoal e intersubjetivo que precisamos da colaboração entre os pares e da colaboração entre toda a comunidade escolar. Esse talvez seja o maior desafio da gestão, o de gerir uma comunidade. Sendo assim, a questão da gestão democrática é o tema que por vezes é mais teórico, pois na prática e no universo das escolas abrir mão do domínio, da ordem e da liderança imposta acaba sendo quase que uma utopia dos profissionais mais entusiasmados e esperançosos por uma educação justa e igualitária.

Mas não estamos falando de utopia, mas de possibilidades e essas possibilidades dependem de pesquisas, de busca por parcerias e interação ou como colocam Wittimannh e



Klippel: “Em resumo, as práticas de gestão escolar dependem: do norteamento teórico, o qual lhe dá consistência e direção, e do cumprimento das funções de prática da gestão escolar”. (2010, p. 153). Analisando essas funções voltamos ao debate de que é preciso compreender a inserção da escola pública em nossa sociedade, de como a escola é vista hoje e dos desafios que a educação, principalmente a educação pública enfrenta no cenário atual.

Creio que o momento que vivemos que foi desencadeado em 2020 com a pandemia de COVID-19 escancara essa realidade não só das escolas, mas dos estudantes que passaram, em grande maioria por uma enorme exclusão, pois a educação nunca dependeu tanto do mundo digital. Ao mesmo tempo que vemos crescer outros debates na esfera política que buscam deslegitimar o papel da educação formal, ou seja, no ambiente escolar, abrindo espaço para novos ataques aos professores e toda à equipe. Destaco aqui o papel do professor por ser o que está na linha de frente, como no xadrez é a peça que primeiro se movimenta e a que mais sofre ataques, somos o “peão” do jogo e tentamos a todo custo proteger o nosso “rei”, a educação nacional.

Dentro dessa concepção a gestão escolar tem o desafio de gerir pessoas, de mantê-las envolvidas com o projeto da escola, com os objetivos educacionais para que alcancemos uma emancipação das pessoas envolvidas. Em muita essa concepção se difere dos princípios neoliberais e capitalistas de uma gestão de empresa. Apesar da influência das teorias administrativas nas escolas. Devemos estar atentos para alguns princípios:

* **a gerência da empresa visa lucro.** Para obter lucro, é preciso explorar as pessoas, pagar o mínimo (não se fala em salário justo ou salário equivalente ao valor do trabalho, mas em salário mínimo ou salário necessário para reprodução da força de trabalho);

* **a gestão escolar visa a formar as pessoas.** Para formá-las, a escola precisa oferecer oportunidades para que as pessoas se mancipem, construam sua liberdade e responsabilidade. (WITTIMANNH, KLIPPEL, 2010, p. 155)

Só nessa definição já temos a diferenciação da gestão escolar e da empresarial ao mesmo tempo que mostramos o motivo de ataques por vários grupos a essa concepção de escola que forma pessoas autônomas e capazes de pensar e questionar a realidade que as cerca. A formação de pessoas é o papel central da escola e o cumprimento desse papel passa por uma boa gestão escolar, uma formação de equipe consciente e crítica, para que a educação nacional, principalmente a pública, forme brasileiros conscientes, ou seja, faça valer a máxima da educação que é a formação para a cidadania.

CONCLUSÃO



Nesse sentido, pensar esses desafios nos remete a pensar no professor como um intelectual³, pode ser um exercício de retomada de posicionamento do professor frente aos acontecimentos da educação nacional, vide as discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou sobre o movimento Escola Sem Partido (ESP), que estão trazendo os professores para o debate, assim como o crescimento dos cursos de Mestrado Profissional⁴ na área da educação.

Podemos observar que a menção às questões do tempo presente que estão sendo questionada pelo MESP, pois o ensino deve ir além de um ensino padronizado e técnico. Muitas questões devem ser observadas a partir de temas que estão em evidência na sociedade brasileira como: identidade, racismo, intolerância e desigualdade social à luz da historiografia do povo brasileiro.

Em uma busca no *site* do Escola Sem Partido é notório o apelo às leis, pois são citadas a nossa Constituição Federal (1988) e a Convenção Americana dos Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992. Em ambos os documentos são retirados trechos da lei, mas outros, como o Artigo 206⁵, da Constituição Federal acabam ficando sem a devida interpretação.

O professor Fernando Penna (UFF) chama atenção para a desqualificação do professor através da PL nº 867/2015 quando faz referência ao trabalho do professor e as atribuições delegadas à categoria através de sua atuação e sua formação: “A desqualificação do professor aparece com a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir sua liberdade de expressão.” (PENNA, 2017, p. 41), o que nos remete ao sentido de toda a formação que queremos para os nossos alunos, como atores sociais, pessoas capazes de debater os acontecimentos sócio-históricos de nossa sociedade, mas essa busca do ESP pelo silenciamento dos professores fere gravemente a concepção de trabalho pedagógico. Esse silenciamento atrelado às críticas que perduram até hoje é um grande inimigo do fazer pedagógico.

³ As indagações surgiram após a leitura do texto: "O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à BNCC e ao ESP". FERREIRA; PENNA, 2018.

⁴ A relação dos cursos oferecidos até o momento pode ser acessada em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/proeb>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁵ **Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp. Acesso em: 13 mai. 2019.



No mesmo texto em que se debate a desqualificação do professor, Fernando Penna também faz uma reflexão sobre “o poder total dos pais sobre os filhos” que está sendo posto pelo PL nº 867/2015, ao colocar que é “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, dentro dessa visão:

As leis 10.639 e 11.645, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, se essa interpretação for legitimada, estão gravemente sob risco. Porque um professor que vai discutir, por exemplo, religião afro-brasileira, e algum aluno pode dizer ‘olha, não, não quero ouvir, isso é contra a minha crença’, ele estará respaldado nesse projeto de lei. Por isso, o Escola sem Partido foi denunciado à ONU pelo Instituto de Desenvolvimento de Direitos Humanos como ameaça aos direitos humanos. (PENNA, 2017, p. 47- 48)

Mais uma vez as questões ligadas à maneira como a educação vêm sendo pensada no Brasil nos últimos anos, nos desperta para o quanto tentamos ampliar nossos campos de pesquisa nas áreas das Ciências Humanas, ao mesmo tempo que estamos enfrentando ameaças de silenciamento e retirada de direitos; tendo em vista que a questão sobre a liberdade de expressão dos professores fere o artigo XVIII e XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cada área do conhecimento requer liberdade e pluralidade de ideias, todo conteúdo ministrado em aula pelos professores parte de uma elaboração que não pode estar desconectada da sociedade que nos cerca. Facilmente nos identificamos, a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, pelas disciplinas que são ensinadas. Porém o universo dos anos iniciais requer um alinhamento entre elas e uma concepção diferenciada dessa divisão disciplinar, principalmente quando falamos de disciplinas como História, Geografia, Ciência, Arte, que não estão isoladas.

A escola é o local onde há a interação entre o saber científico-acadêmico com a cultura, não só a cultura do professor como também do aluno. É no ambiente escolar que reside um grande espaço de pesquisa, de indagações e que devem ser aproveitados e resgatados “[...] a maneira mais plausível de alcançar essa interação seria começar por edificar as noções de ‘professor autorregulador’, de ‘professor como investigador’ e de professor como um ‘profissional de competências alargadas’”. (GOODSON, 1994, p. 67).

Essas competências são o grande objetivo de programas como os mestrados profissionais, que ao mesmo tempo que insere os professores na área acadêmica, lança o desafio de um produto, ou seja, de uma experiência que possa ser aplicada em sala de aula e que gere aproveitamento e, com isso, coloca o próprio ensino em sintonia com novas fontes de pesquisas,



fazendo com que alunos e professores participem da experiência/sentido e sejam tocados por ela.

Quando adentramos nos temas abordados pelas disciplinas, deparamo-nos com as inúmeras transformações que ocorreram com o passar do tempo. No que diz respeito à metodologia de ensino, novas tecnologias e fontes de pesquisa surgiram como o acesso virtual. Toda essa mudança que desperta o interesse não só dos estudantes, mas, também, dos professores, pois nos faz repensar o papel do profissional e as novas possibilidades de interagir e agir diante do pensar a educação, no nosso caso específico a Educação Básica Nacional.

Sendo assim, o artigo procurou demonstrar através do debate teórico e bibliográfico como é formado esse panorama de desafios, tanto para os professores como para a equipe gestora, que se pretender deve estar atentas não só às questões administrativas, mas deve estar ciente das diversas demandas e debates no campo da formação dos professores e professoras, das discussões no campo legislativo e não pode deixar de ter uma visão histórico-social para com os estudantes e profissionais que trabalham na escola. A temática é ampla e suscita outros debates, porém não cabe somente em um artigo, mas é necessário começar debater e aprender, pois estamos sempre entre sermos os docentes, porém seremos sempre discentes, parafraseando Paulo Freire, pois não podemos deixar de buscar novos conhecimentos, ainda mais quando vivemos a era da informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** – Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96)** – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 30 março 2021.

CANDAU, Vera Maria. Educação escolar: entre o “sequestro” e a “reinvenção”? In: CANDAU, Vera Maria, SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação: temas em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.



GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: às histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1994. p. 63-78.

NÓVOA, António et al. Pesquisa em educação como processo dinâmico, aberto e imaginativo: uma entrevista com Antonio Nóvoa. **Educação & realidade**, v. 36, n. 2. Porto Alegre – RS, maio/ago 2011. p. 533-543. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/21170>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Frigotto, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.

PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à BNCC. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Org.) **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 109-127.

WITTMANN, Lauro Carlos, KLIPPEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.